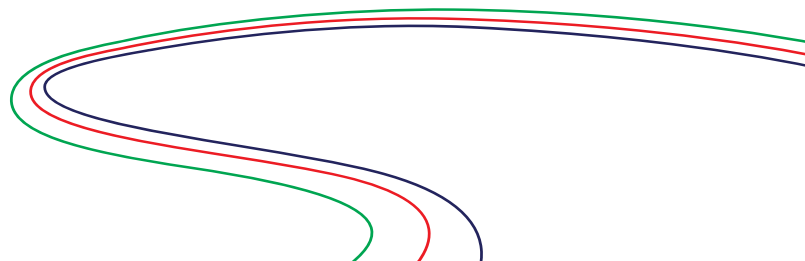
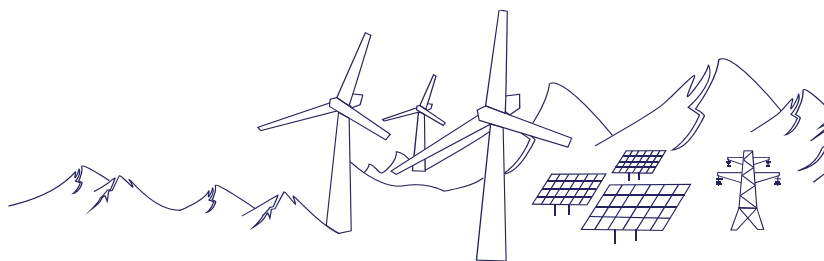




Demonstrações Contábeis

UHE São Simão Energia S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente





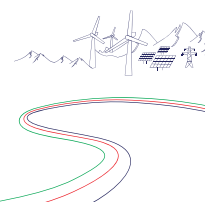
UHE São Simão Energia S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis	
Balço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
UHE São Simão Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da UHE São Simão Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UHE São Simão Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



UHE São Simão Energia S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



UHE São Simão Energia S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2020

PricewaterhouseCoopers

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

UHE São Simão Energia S.A.

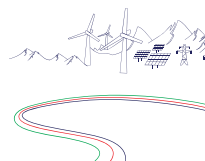
Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	2019	2018
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	374.212	155.169
Consumidores e concessionárias	5	43.469	45.852
Ativo Financeiro	6	657.649	960.000
Impostos a recuperar	7	65.925	217.252
Estoque		7.819	-
Instrumentos financeiros derivativos	12	-	237
Outros ativos circulantes		4.407	3.810
Total ativo circulante		1.153.481	1.382.320
Não circulante			
Ativo Financeiro	6	5.023.691	4.532.622
Instrumentos financeiros derivativos	12	374.812	232.202
Direito de uso	9	18.772	-
Imobilizado	10	15.740	8.592
Intangível	11	2.645.943	1.891.716
Total ativo não circulante		8.078.958	6.665.132
Total dos ativos		9.232.439	8.047.452

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



UHE São Simão Energia S.A.

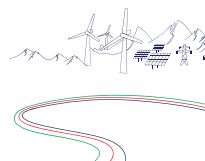
Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	2019	2018
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	27.026	15.459
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	185.538	1.280.432
Arrendamentos	14	1.764	-
Obrigações sociais e trabalhistas		11.982	3.356
Impostos a recolher	15	200.138	196.536
Dividendos	8	118.690	104.395
Encargos setoriais	16	20.272	13.393
Instrumentos financeiros derivativos	13	96.835	114.908
Outros passivos circulantes		126	4.654
Provisão - Capex melhorias	18	35.178	-
Total passivo circulante		697.549	1.733.133
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	4.273.767	2.952.513
Arrendamentos	14	17.655	-
Impostos diferidos	17	98.884	66.673
Instrumentos financeiros derivativos		63.537	-
Provisão - Capex melhorias	18	786.185	-
Total passivo não circulante		5.240.028	3.019.186
Patrimônio Líquido	19		
Capital social		2.912.000	2.912.000
Outros resultados abrangentes		(44.689)	(266)
Reservas de lucro		427.551	383.399
Total patrimônio líquido		3.294.862	3.295.133
Total dos passivos e patrimônio líquido		9.232.439	8.047.452

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



UHE São Simão Energia S.A.

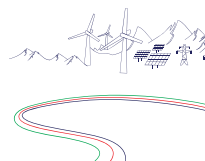
Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto resultado por ação)

	Nota	2019	2018
Receita operacional líquida	21	1.494.108	1.232.669
Custo de operação	22	(326.377)	(185.745)
Lucro bruto		1.167.731	1.046.924
Depreciação e amortização	22	(2.144)	(433)
Administrativas e gerais	22	(57.084)	(50.025)
Lucro antes do resultado financeiro		1.108.503	996.466
Resultado financeiro líquido	23		
Receitas financeiras		19.025	16.474
Despesas financeiras		(394.911)	(284.742)
Variação monetária/cambial líquida		(6.226)	(65.198)
		(382.112)	(333.466)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		726.391	663.000
Imposto de renda e contribuição social correntes	24	(187.221)	(181.869)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	(55.507)	(41.573)
Lucro líquido do exercício		483.663	439.558
Lucro por ação	20		
Quantidade de ações no final do exercício		2.912.000	2.912.000
Lucro líquido por ação, básico e diluído		0,1661	0,1509

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

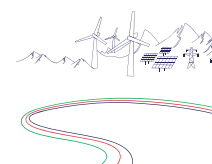


UHE São Simão Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	<u>483.663</u>	<u>439.558</u>
Outros resultados abrangentes		
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para o resultado		
<i>Hedges</i> de fluxo de caixa:	(67.309)	16.134
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>22.885</u>	<u>(5.486)</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>439.239</u></u>	<u><u>450.206</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

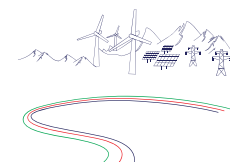


UHE São Simão Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Outros resultados abrangentes	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.912.000	(10.914)	36.780	-	2.937.866
Lucro líquido do exercício				439.558	439.558
Outros resultados abrangentes					-
Hedge de fluxo de caixa		16.134			16.134
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(5.486)			(5.486)
Destinação do resultado do exercício					-
Constituição de reserva legal			21.978	(21.978)	-
Reversão da destinação de dividendos			11.456	-	11.456
Destinação de dividendos mínimos obrigatórios				(104.395)	(104.395)
Destinação para reserva de lucros			313.185	(313.185)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.912.000	(266)	383.399	-	3.295.133
Lucro líquido do exercício				483.663	483.663
Outros resultados abrangentes					-
Hedge de fluxo de caixa		(67.308)			(67.309)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		22.885			22.885
Destinação do resultado do exercício					-
Constituição de reserva legal			24.183	(24.183)	-
Destinação de dividendos de 2017			(11.456)		(11.456)
Destinação de dividendos de 2018			(313.185)	(114.870)	(428.055)
Destinação para reserva de lucros			344.610	(344.610)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.912.000	(44.689)	427.551	-	3.294.862

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



UHE São Simão Energia S.A.

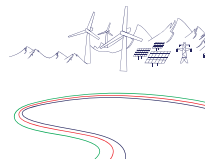
Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	483.663	439.558
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais	-	-
Tributos diferidos	32.211	55.427
Ativo financeiro	(1.103.207)	(954.744)
Depreciações e amortizações	69.969	-
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	138	-
Depreciações e amortizações	-	42.217
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	392.858	349.856
Arrendamentos e aluguéis - AVP	1.635	-
CAPEX melhoria - AVP	5.924	-
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária	5.210	4.404
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(1.763)	-
Outros	-	4.654
	(113.362)	(58.628)
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Consumidores e concessionárias	2.383	(45.852)
Ativo financeiro	914.490	809.433
Impostos e contribuições sociais compensáveis	153.090	(211.545)
Estoques	(7.288)	-
Despesas antecipadas	-	(1.321)
Adiantamentos	-	(1.842)
Outros ativos operacionais	(598)	(296)
	1.062.077	548.577
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	11.567	14.415
Outros tributos e contribuições sociais	3.602	185.103
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.887	16.915
Obrigações estimadas com pessoal	8.626	3.356
Encargos regulamentares e setoriais	1.669	8.989
Outros passivos operacionais	(4.527)	-
	43.824	228.778
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	992.539	718.727
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(10.638)	(10.944)
Adições CAPEX melhorias	(3.840)	-
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	(14.478)	(10.944)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(425.215)	-
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.154.332	4.190.512
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures	(1.100.000)	(4.348.020)
Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos	(385.050)	(465.024)
Pagamentos de arrendamentos e aluguéis	(3.085)	-
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	(759.018)	(622.532)
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	219.043	85.251
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	374.212	155.169
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	155.169	69.918
	219.043	85.251

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A UHE São Simão Energia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de março de 2017, com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo. A controladora direta da Companhia é a SPIC Brasil Energia Participações S.A.

A Companhia tem como principal atividade a geração de energia elétrica a partir da Usina São Simão localizada no rio Paranaíba, na divisa dos Estados de Goiás e Minas Gerais, municípios Santa Vitória, no Estado de Minas Gerais e São Simão, no Estado de Goiás.

Contrato de concessão

Em 27 de setembro de 2017, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL realizou o Leilão de Concessões (Leilão de Geração nº 01/2017-ANEEL), no qual a Companhia foi ganhadora da concessão da Usina Hidrelétrica São Simão. A Receita Anual de Geração (RAG) a que a Concessionária tem direito pela disponibilização da parcela da garantia física de energia e de potência da Usina Hidrelétrica é alocada em regime de COTAS, sendo esta o percentual da garantia física de energia e de potência da Usina Hidrelétrica, alocada a determinada distribuidora. A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 001/2017 para prestação do serviço de geração de energia elétrica em 10 de novembro de 2017, que permite a exploração da Usina pelo período de 30 anos, contados a partir de 10 de maio de 2018, quando foi finalizado o período de Operação Assistida.

A capacidade instalada da UHE São Simão é de 1.710 MW, sendo a Garantia Física assegurada de 1.202 MWm. Da energia assegurada, a Companhia possui comercializado nos seguintes ambientes: a) 841,4 MWm em regime de alocação de cotas de garantia física e de potência às concessionárias do serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional - SIN; b) 360,6 MWm no Ambiente de Contratação Livre - ACL por meio de contratos de curto e longo prazos, negociados com terceiros.

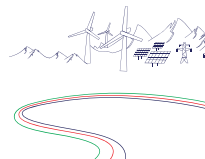
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Em 22 de fevereiro de 2020, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

2.1 Declarações de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.



UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2 Moedas funcional

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações contábeis, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem, exceto:

- Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio.
- Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em "outros resultados abrangentes" e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado quando da realização desses itens monetários.

Para fins de apresentação destas demonstrações contábeis, os ativos e passivos das operações são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício.

Quando há baixa de uma operação no exterior, todo o montante da variação cambial acumulada referente a essa operação registrada no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado do exercício.

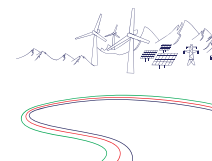
2.3 Bases de preparação e apresentação

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando: (i) se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando: (i) se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante.



2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das informações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das informações contábeis, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Nota 5); Ativo financeiro (Nota 6); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota 17); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 10 e 11); Provisões para Capex melhorias (Nota 18); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros.

2.5 Continuidade operacional

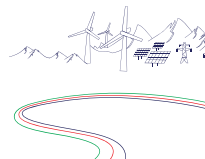
A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

3. Políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.



3.2 Ativos da concessão

A Companhia considerou as orientações emanadas da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e as orientações descritas em Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão, emitidas pelo CPC em dezembro de 2011 e dezembro de 2010, respectivamente, na contabilização inicial e mensuração subsequente do ativo financeiro da concessão.

Com base nas características do contrato de concessão, a Companhia concluiu que a outorga paga será recuperada por meio de três fluxos de caixa, sendo dois deles advindos de suas atividades reguladas: (a) O valor da RBO (Receita de Bonificação da Outorga), a ser recebida diretamente do Poder Concedente, que representa o direito incondicional da Companhia de receber caixa, pela venda de energia no ambiente de contratação regulado; e (b) Receita de Operação e Manutenção - O&M e CAPEX melhorias, para custear os custos de operação da usina e as melhorias nos ativos imobilizados da concessão; e um terceiro fluxo de caixa advindo de suas atividades não reguladas, representadas pela venda de energia do ambiente de contratação livre (emissão e faturamento mensal da medição de energia vendida) durante o prazo de concessão.

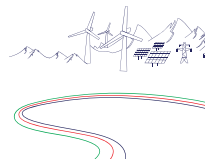
3.2.1 Ativos financeiro

O fluxo de caixa proveniente do recebimento da RAG (Receita Anual de Geração) referente ao fluxo de caixa pela venda de energia no ambiente de contratação regulado (ACR) - também denominado “regime de quotas”, foi classificado como ativo financeiro da concessão e representa o direito incondicional da Companhia de receber caixa do Poder Concedente para a cobertura: i) do valor pago pela outorga para obtenção do direito de explorar a infraestrutura do serviço público; e ii) para cobertura dos gastos de Operação e Manutenção - O&M e CAPEX melhorias.

O ativo financeiro de concessão é mensurado no início da concessão pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes das parcelas a serem liquidadas, e posteriormente mantidas a valor justo por meio do resultado com base na taxa de juros utilizada para o cálculo do valor presente.

A Companhia classifica a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de geração de energia elétrica e propiciar uma melhor apresentação quanto a sua posição patrimonial e seu desempenho.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não identificou nenhum evento que possa impactar o fluxo estimado de caixa futuro do referido ativo de maneira significativa. A Administração da Companhia considera reduzido o risco de crédito do ativo financeiro da concessão, visto que o contrato firmado assegura o direito incondicional de receber caixa ao longo do prazo do contrato de concessão, a ser pago pelo Poder Concedente. Desta forma, nenhuma provisão para redução ao provável valor de recuperação foi constituída.



3.2.2 Intangível

Os ativos classificados como intangíveis representam substancialmente, o valor pago pela Companhia para adquirir o direito de vender parte da energia produzida no ambiente de contratação livre (ACL), por meio do uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato da concessão.

O ativo intangível foi inicialmente reconhecido pelo seu valor justo na data de sua aquisição. Após o seu reconhecimento inicial, o ativo intangível será amortizado de forma linear pelo prazo do contrato de concessão, por ser considerado como de vida útil definida.

Os demais ativos intangíveis, tais como softwares, são registrados ao custo de aquisição, menos a amortização acumulada. Estes intangíveis possuem vidas úteis definidas com base na aquisição ou nos seus contratos comerciais e são amortizados pela sua vida útil econômica definida pelo poder concedente.

3.3 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

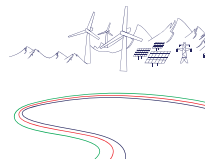
Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.4 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas



Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.5 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade, independente de quando o pagamento for recebido. A receita de energia é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia e contrato de concessão. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

3.6 Ativos intangíveis

Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis compreendem gastos relativos a desenvolvimento de softwares, o pagamento da Bonificação de Outorga, direito de uso e intangíveis relativos ao CAPEX melhoria.

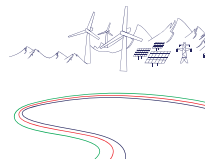
Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com *ágio* gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

Amortização é calculada sobre o custo do ativo, deduzido do valor residual levando em consideração o prazo de concessão da Companhia que se encerra em maio de 2048.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não *ágio*, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil estimada para a Bonificação de Outorga e o CAPEX melhoria é de 28 anos.





UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.7 Impostos sobre vendas

As receitas de vendas de energia elétrica, bem como as demais receitas operacionais da Companhia, referentes ao contrato de concessão, estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS): 1,65% (regime não cumulativo);
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,60% (regime não cumulativo);

Esses tributos são deduzidos das receitas operacionais da Companhia, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas demonstrações contábeis.

3.8 Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

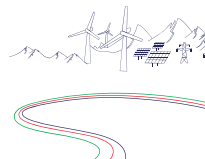
Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados nas alíquotas de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.



3.9 Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

O CPC 48 apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem suas características de fluxo de caixa e o modelo de negócios que os ativos são administrados.

O pronunciamento estabelece para ativos financeiros três categorias de classificação e mensuração: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia classifica os ativos financeiros como custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Redução ao valor recuperável

O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

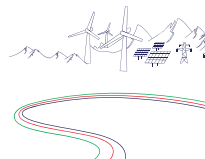
De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

A Companhia após uma análise de crédito de seus clientes, não reconhece nenhuma perda esperada no período, pois de acordo com sua avaliação além do risco associado ser baixo, não há históricos de perda.

O CPC 48 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco estabelecidas pela Administração, aplicando uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. A nova norma vem introduzir um modelo menos restritivo ao hedge, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de hedge em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco.

Contabilização de hedge

A Companhia designa certos instrumentos de hedge, incluindo derivativos, relacionados a risco com moeda estrangeira, como hedge de fluxo de caixa.



No início da operação de hedge, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações. Adicionalmente, a Companhia avalia se o instrumento de hedge usado em uma relação de hedge é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de hedge, atribuível ao risco sujeito a hedge.

A nota explicativa nº 13 traz maiores detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de hedge.

Hedges de fluxo de caixa

A parcela efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica “Reserva de hedge de fluxo de caixa”. Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado na rubrica “Outros ganhos e perdas” no resultado financeiro.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A contabilização de hedge é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de hedge, o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de hedge. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.

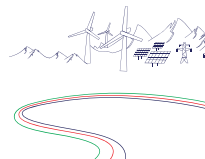
3.10 Arrendamento

Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, conseqüentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e que foram devidamente adotadas pela Companhia. A relação destas normas e seus respectivos impactos, estão descritos abaixo:

CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento mercantil. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções



UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, foi aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituiu o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações.

Esta norma impactou o registro das operações de arrendamento mercantil operacional que a Companhia possui em aberto. Nos casos em que a Companhia é arrendatária, a mesma reconheceu: (i) pelo direito de uso do objeto dos arrendamentos, um ativo; (ii) pelos pagamentos estabelecidos nos contratos, trazidos a valor presente, um passivo; (iii) despesas com depreciação/amortização dos ativos; e (iv) despesas financeiras com os juros sobre obrigações do arrendamento. Em contrapartida, a Companhia deixou de registrar no resultado os gastos relativos à aluguéis e arrendamentos enquadrados no CPC 06 (R2).

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019 utilizando a abordagem prospectiva, ou seja, o efeito da adoção foi reconhecido nos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Assim sendo, a Companhia não adotou o expediente prático que a isentaria de aplicar o novo pronunciamento para contratos que anteriormente estavam no alcance CPC 06 (R1).

3.11 ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

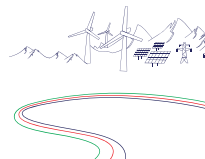
Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades. A Interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Companhia e suas controladas concluíram que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Companhia e suas controladas entendem que esta interpretação não gerará efeitos relevantes nas demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Caixas e Bancos	11	-
Aplicações financeiras de curto prazo	374.201	155.169
	374.212	155.169

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos estão remunerados à taxa de aproximadamente 98% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são vinculados a modalidade de aplicação CDB.



UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Concessionárias

	Corrente a Vencer	Saldo líquido em 31/12/2019	Saldo líquido em 31/12/2018
	Até 60 dias		
Circulante			
Suprimento de energia elétrica	41.127	41.127	44.159
Energia de curto prazo - CCEE	2.342	2.342	1.693
Total Circulante	43.469	43.469	45.852

Contas a receber decorrente do suprimento de energia elétrica nos ambientes regulados e livres.

6. Ativo financeiro

Em 10 de novembro de 2017, a Companhia firmou com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por um prazo de 30 anos, contrato de concessão para prestação o serviço de geração de energia elétrica em regime de cotas de garantia física de energia e potência referente a Usina São Simão. A concessão pertencia à Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), tendo ido a leilão em 27 de setembro de 2017, conforme parâmetros técnicos e econômicos estabelecidos na Resolução nº 12/2017, do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). A bonificação pela outorga paga pela Companhia na aquisição do direito de explorar a Usina São Simão foi de R\$ 7.180.000 e o pagamento se deu em parcela única em 28 de novembro de 2017.

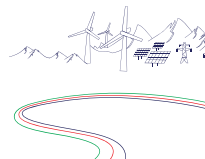
Na assinatura do contrato, a Companhia optou pela operação assistida pelo período de 180 dias contados a partir daquela data, portanto, a assunção do serviço de geração por parte da Companhia ocorreu no dia 10 de maio de 2018, quando assumiu a operação da Usina São Simão, data em que o período de 30 anos previsto no contrato de concessão passou a vigorar.

A energia produzida, conforme capacidade da usina é destinada na proporção de 70% ao ACR (Ambiente de Contratação Regulado) no Sistema de Cota de Garantia Física, e 30% ao ACL (Ambiente de Contratação Livre).

Durante o período da concessão, a Companhia fará jus ao recebimento da Receita Anual de Geração (RAG) no montante estabelecido de R\$ 1.032.161, sendo R\$ 796.629 referente a parcela da RBO (Receita de bonificação da Outorga) e R\$ 235.532 referente a GAG (Custo de Gestão dos Ativos de Geração), que inclui a receita de Operação e Manutenção - O&M e os investimentos de melhorias (CAPEX) durante prazo de concessão, conforme estabelecido no contrato de concessão. Estes montantes foram reduzidos em 70% a partir de 10 de maio de 2018, conforme Nota Técnica nº 159 de 11 de julho de 2018, sendo R\$ 577.641 referente a parcela da RBO e R\$ 164.872 referente a GAG.

Os valores da RAG previstos no contrato de concessão foram atualizados, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.587 de 23 de julho de 2019, sendo R\$ 599.144 referente a parcela da RBO e R\$ 178.047 referente a GAG.

Com base nas características do contrato de concessão, a Companhia concluiu que a outorga paga será recuperada por meio de dois fluxos de caixa: (a) O valor da RBO (Receita de Bonificação da Outorga) e GAG (Custo de Gestão dos Ativos de Geração), a ser recebida



UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

diretamente do Poder Concedente, que representa o direito incondicional da Companhia de receber caixa, pela venda de energia no ambiente de contratação regulado; e (b) Pela venda de energia do ambiente de contratação livre (emissão e faturamento mensal da medição de energia vendida) durante o prazo de concessão.

Com base nesse entendimento, a Companhia aplicou o modelo bifurcado, o qual utilizou o método do valor justo relativo (*relative fair value*), que melhor reflete seu modelo de negócio, e então, procedeu com o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros a ser liquidada do ACR e ACL para determinar o montante a ser bifurcado entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

O montante apurado que representa o direito incondicional da Companhia de receber caixa durante o período de concessão foi classificado como ativo financeiro. O ativo financeiro da concessão será remunerado a uma taxa de 18,15% a.a., antes dos impostos, calculada com base no fluxo de caixa futuro pelo recebimento da RBO e GAG. Esta taxa de desconto foi revisada em 2019 para refletir o modelo de negócio adotado pela Companhia que é receber os fluxos de caixa da RBO e GAG O&M e CAPEX melhorias.

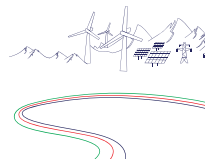
A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro como instrumentos financeiros “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no fluxo de caixa futuro pelo recebimento da RBO e GAG, acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A movimentação do ativo financeiro foi como segue:

	31/12/2018	Receita financeira	Variação monetária	(-) Faturamento RAG	31/12/2019
Ativo financeiro - RBO	5.926.259	617.549	233.205	(632.467)	6.144.546
Ativo financeiro - GAG	126.217	349.522	15.380	(375.235)	115.884
(-) PIS/COFINS	(559.854)	(89.454)	(22.994)	93.212	(579.090)
Total	5.492.622	877.617	225.591	(914.490)	5.681.340
Circulante	960.000				657.649
Não Circulante	4.532.622				5.023.691
Total	5.492.622				5.681.340

7. Impostos a recuperar

	31/12/2019	31/12/2018
Impostos a recuperar (PIS e COFINS)	2.169	3.085
Impostos recolhidos por estimativa (IRPJ e CSLL)	45.076	184.522
Impostos retidos por clientes (IRRF, PIS, COFINS e CSLL)	1.994	4.622
Impostos e tributos a compensar (outros)	16.686	25.023
	65.925	217.252
Ativo circulante	65.925	217.252
	65.925	217.252



UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Partes Relacionadas

	<u>Natureza</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Balanco patrimonial			
Passivo			
SPIC - Brasil Participações	Dividendos	58.584	53.240
Total passivo		<u>58.584</u>	<u>53.240</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a remuneração dos administradores no consolidado totalizou R\$3.398 (R\$2.245 em 2018).

9. Direito de uso

Referem-se aos ativos decorrentes da aplicação do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019 (Notas 3.10 e 14). O principal ativo reconhecido possui a seguinte característica:

- Edificações, obras civis e benfeitorias: refere-se, substancialmente, ao contrato de aluguel relativo à sede da Companhia.

a. Composição do ativo de direito de uso

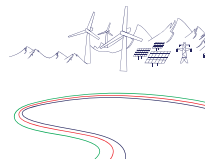
	<u>Taxas anuais médias de depreciação %</u>	<u>Custo histórico</u>	<u>31/12/2019 Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>
Direito de uso				
Administração				
Aluguéis de imóveis	12,63%	20.868	(2.096)	18.772
Total direito de uso		<u>20.868</u>	<u>(2.096)</u>	<u>18.772</u>

b. Movimentação do ativo de direito de uso

	<u>Valor líquido em 31/12/2018</u>	<u>Adoção inicial CPC 06 (R2)</u>	<u>Correção contratual</u>	<u>Depreciações</u>	<u>Valor líquido em 31/12/2019</u>
Ativos de direito de uso					
Aluguéis de imóveis	-	18.692	2.176	(2.096)	18.772
Total Ativos de direito de uso	<u>-</u>	<u>18.692</u>	<u>2.176</u>	<u>(2.096)</u>	<u>18.772</u>

10. Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento,





UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

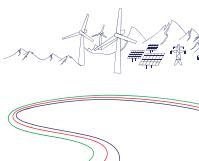
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado, quando aplicável, os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015. No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.



UHE São Simão Energia S.A.

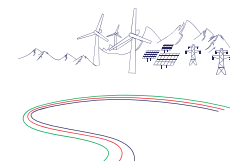
Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Composição do Imobilizado

	31/12/2019				31/12/2018			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado								
Imobilizado em serviço - tangível								
Geração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,41%	382	(18)	364				-
Máquinas e equipamentos	9,07%	2.813	(263)	2.550	8,77%	3.907	(156)	3.751
Veículos				-				-
Móveis e utensílios	6,25%	329	(20)	309				-
Outros								-
		<u>3.524</u>	<u>(301)</u>	<u>3.223</u>		<u>3.907</u>	<u>(156)</u>	<u>3.751</u>
Administração								
Terrenos				-				-
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	3.292	(165)	3.127	3,33%	2.813	(71)	2.742
Máquinas e equipamentos	12,99%	2.699	(489)	2.210	12,69%	2.229	(349)	1.880
Veículos				-				-
Móveis e utensílios	6,25%	241	(6)	235	6,25%	80	(1)	79
		<u>6.232</u>	<u>(660)</u>	<u>5.572</u>		<u>5.122</u>	<u>(421)</u>	<u>4.701</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>9.756</u>	<u>(961)</u>	<u>8.795</u>		<u>9.029</u>	<u>(577)</u>	<u>8.452</u>
Imobilizado em curso								
Geração		6.762		6.762		140		140
Administração		183		183				-
Total do imobilizado em curso		<u>6.945</u>	<u>-</u>	<u>6.945</u>		<u>140</u>	<u>-</u>	<u>140</u>
Total do Imobilizado		<u>16.701</u>	<u>(961)</u>	<u>15.740</u>		<u>9.169</u>	<u>(577)</u>	<u>8.592</u>



UHE São Simão Energia S.A.

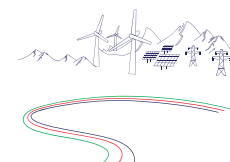
Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Movimentação do Imobilizado

Tangível	Valor líquido em		Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Outros - Transf. para reparo	Reclassificação	Valor líquido em
	31/12/2018	Ingressos						31/12/2019
Imobilizado em serviço								
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.742		283	(107)			573	3.491
Máquinas e equipamentos	5.631	908	309	(477)	(138)		(1.472)	4.761
Veículos	-						279	279
Móveis e utensílios	79	18	192	(21)			(4)	264
Total do imobilizado em serviço	8.452	926	784	(605)	(138)	-	(624)	8.795
Imobilizado em curso								
Edificações, obras civis e benfeitorias	78	205	(283)					-
Máquinas e equipamentos	62	7.700	(309)			(531)		6.922
Móveis e utensílios	-	215	(192)					23
Total do imobilizado em curso	140	8.120	(784)	-	-	(531)	-	6.945
Total do imobilizado	8.592	9.046	-	(605)	(138)	(531)	(624)	15.740

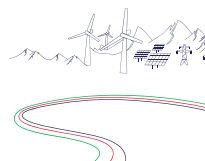


11. Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.



UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Composição do intangível

	Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2019			31/12/2018		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço							
Software	20,00%	3.786	(536)	3.250	112	(15)	97
Direito de concessão - Outros	3,34%	1.931.420	(106.052)	1.825.368	1.931.420	(41.627)	1.889.793
CAPEX melhorias	3,51%	819.279	(2.396)	816.883	-	-	-
Intangível em curso							
Software		442	-	442	1.826	-	1.826
Total intangível		2.754.927	(108.984)	2.645.943	1.933.358	(41.642)	1.891.716

b. Movimentação do Intangível

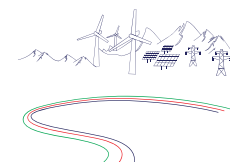
	31/12/2018	Adições	Amortização	Transferência AIC p/ AIS	Reclassificação	31/12/2019
Intangível em serviço						
Software (i)	97	-	(448)	2.977	624	3.250
Direito de concessão - Outros (ii)	1.889.793	-	(64.425)	-	-	1.825.368
CAPEX melhorias (iii)	-	819.279	(2.396)	-	-	816.883
Intangível em curso						
Software (i)	1.826	1.593	-	(2.977)	-	442
	1.891.716	820.872	(67.269)	-	624	2.645.943

- (i) Referem-se aquisição de *software* e ao direito da Companhia de negociar energia elétrica no ambiente de contratação livre - ACL pelo uso de infraestrutura, originado da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1), e estão registrados ao seu valor de custo.

A amortização é registrada com base na vida útil estimada de cada bem, limitada ao prazo final da concessão. As taxas de amortização utilizadas são as determinadas pela ANEEL, responsável por estabelecer a vida útil dos ativos de geração do setor elétrico, e estão previstas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.

- (ii) Refere-se ao reconhecimento inicial do IFRS16 tratado como intangível demonstrado na nota explicativa nº 14.

- (iii) Refere-se ao reconhecimento inicial das provisões para CAPEX melhoria tratado como intangível demonstrado na nota explicativa nº 18.





UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

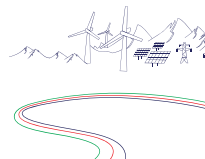
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Fornecedores

A composição da conta de fornecedores é como segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Encargos de uso do sistema de transmissão	16.978	14.016
Materiais e Serviços	10.049	1.443
	<u>27.026</u>	<u>15.459</u>



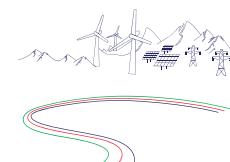
UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos, financiamentos e derivativos

	31/12/2019			31/12/2018			Categoria
	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	
	Circulante	Não Circulante		Circulante	Circulante	Não Circulante	
Moeda nacional							
BNP Paribas (i)	1.417	199.741	201.158	9.150	1.100.000	1.109.150	Custo amortizado
Total	1.417	199.741	201.158	9.150	1.100.000	1.109.150	
Moeda estrangeira							
Spic Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.À.R.L (ii)	114.329	1.924.040	2.038.369	109.537		1.840.733	Custo amortizado
Spic Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.À.R.L (ii)	64.771	1.188.739	1.253.510	61.745		1.111.780	Custo amortizado
Total	179.100	3.112.779	3.291.879	171.282		2.952.513	3.123.795
Debêntures							
Pentagono Trustee - Tranche 1 (iii)	3.536	762.786	766.322			-	Valor justo
Pentagono Trustee - Tranche 2 (iii)	1.485	198.461	199.946			-	Valor justo
Total	5.021	961.247	966.268				
Derivativos							
Bank of America Merrill Lynch (iv)	28.169	19.333	47.502	27.201		27.201	Valor justo
Banco Bradesco S.A. (iv)	9.435	37.722	47.157	9.111		9.111	Valor justo
JPMorgan Chase Bank (iv)	57.451	6.482	63.933	62.698		62.698	Valor justo
HSBC Brasil S.A. (iv)	1.780		1.780	15.898		15.898	Valor justo
Total	96.835	63.537	160.372	114.908		114.908	
Total de dívidas	282.373	4.337.304	4.619.677	295.340	1.100.000	2.952.513	4.347.853

- (i) Contratação de dívida no montante total de: R\$200.000 junto ao BNP Paribas, com vencimento em 18 de agosto de 2022. Os montantes de R\$1.158 referem-se a juros incorridos no período.
- (ii) Contratação de empréstimos em moeda estrangeira (USD) totalizando o montante de R\$2.956.308 junto ao Spic Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.À.R.L, sendo R\$1.101.733 ao custo de USD + 5,4706% a.a. com vencimento para 25 de outubro de 2021 e R\$1.854.575 ao custo de USD + 5,8588% a.a. com vencimento para 25 de outubro de 2023.
- (iii) 1ª. Emissão de debêntures, em duas séries com rating 'BrAAA', a primeira (UHSM11) debênture incentivada (Lei12.431/11) no volume de R\$ 775.000.000 ao custo de IPCA + 3.54 a.a., com vencimento em 15/11/2029, a segunda (UHSM21) debênture simples no volume de R\$ 200.000.000 ao custo de CDI+0,58% a.a., com vencimento em 15/11/2024.
- (iv) Contratação de 06 Swaps, sendo dois com a instituição JPMorgan Chase Bank e Bank of America Merrill Lynch (BAML), e com as instituições HSBC Brasil S.A. (HSBC) e Banco Bradesco S.A. (Bradesco).



UHE São Simão Energia S.A.

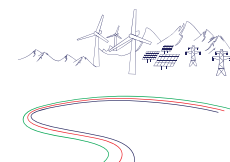
Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é demonstrada abaixo:

	<u>Valor líquido em 31/12/2018</u>	<u>Ingressos</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Juros provisionados</u>	<u>Ajuste a valor de mercado</u>	<u>Amortização do custo de transação</u>	<u>Variação monetária e cambial</u>	<u>Valor líquido em 31/12/2019</u>
Circulante								
Empréstimos e financiamentos								
Principal	1.100.000	-	(1.100.000)	-	-	-	-	-
Juros	180.432	-	(269.579)	266.979	2.685	-	-	180.517
Swap	114.908	-	(115.471)	114.204	(16.806)	-	-	96.835
Debêntures								
Juros	-	-	-	5.021	-	-	-	5.021
	<u>1.395.340</u>	<u>-</u>	<u>(1.485.050)</u>	<u>386.204</u>	<u>(14.121)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>282.373</u>
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos								
Principal	2.952.513	200.000	-	-	24.610	-	135.657	3.312.780
Custo de transação	-	(275)	-	-	-	16	-	(259)
Swap	-	-	-	-	18.522	-	45.015	63.537
Debêntures								
Principal	-	975.000	-	-	-	-	6.225	981.225
Custo de transação	-	(20.393)	-	-	-	414	-	(19.979)
	<u>2.952.513</u>	<u>1.154.332</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>43.132</u>	<u>430</u>	<u>186.897</u>	<u>4.337.304</u>



UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo as condições contratuais dos derivativos em 31 de dezembro de 2019, que totalizam o montante de R\$ 2.956.308:

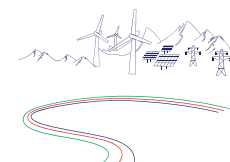
Bancos	Data de emissão	Data de vencimento	Valor do ingresso R\$'000	Ingresso US\$'000	Pagamento de juros	Taxa contratual	Custo ativo	Custo passivo	Fair Value
Bank of America Merrill Lynch	29/10/2018	24/10/2023	371.700	100.000	Semestral	11,47%a.a.	48.038	(31.585)	16.453
Banco JP Morgan S.A.	30/10/2018	24/10/2023	1.109.875	297.235	Semestral	11,49%a.a.	138.531	(94.142)	44.389
Banco Bradesco S.A.	30/10/2018	24/10/2023	186.500	50.000	Semestral	11,47%a.a.	23.426	(15.917)	7.509
Bank of America Merrill Lynch	30/10/2018	24/10/2023	186.500	50.000	Semestral	11,47%a.a.	23.426	(15.917)	7.509
HSBC Brasil S.A.	29/10/2018	01/11/2021	730.733	198.407	Semestral	CDI + 1,85%a.a.	94.469	(1.780)	92.689
Banco JP Morgan S.A.	29/10/2018	01/11/2021	371.000	100.000	Semestral	CDI + 1,85%a.a.	46.922	(1.031)	45.891
							<u>374.812</u>	<u>(160.372)</u>	<u>214.440</u>

Os referidos mútuos foram suportados por garantias concedidas pela Matriz. As debêntures e o empréstimo bancário são *clean*.

13.1 Condições restritivas (covenants)

Apenas as debentures e o empréstimo com o Banco BNP Paribas estão sujeitos à *covenants* financeiros, conforme quadro a seguir:

Ano	Dívida Líquida / EBITDA
2019 a 2021	4,50
2022	4,00
2023	3,75
A partir de 2024 e até a Data de Vencimento	3,50



UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Considera-se:

(a) “Dívida Líquida” com base nas informações financeiras anuais consolidadas da Emissora preparadas de acordo com regras expedidas pela ANEEL, (i) a soma algébrica dos empréstimos, financiamentos, instrumentos de dívida de mercado de capitais local e internacional e do saldo líquido dos derivativos da Emissora, menos (ii) as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

(b) “EBITDA” (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization) com base nas informações financeiras anuais consolidadas da Emissora preparadas de acordo com regras expedidas pela ANEEL, o lucro da Emissora antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses acrescidos do resultado não operacional no período;

Os covenants financeiros foram cumpridos conforme as exigências demonstradas acima.

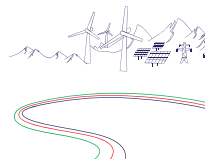
Os empréstimos, financiamentos e debêntures tem seu *aging* de vencimento demonstrado abaixo:

Vencimento	Nacional	Estrangeira	Derivativos	Debêntures	Total
Circulante					
2020	1.417	179.100	96.835	5.021	282.373
	<u>1.417</u>	<u>179.100</u>	<u>96.835</u>	<u>5.021</u>	<u>282.373</u>
Não Circulante					
2021		1.188.739			1.188.739
2022	199.741				199.741
2023		1.924.040			1.924.040
2024			63.537	198.461	261.998
2025 até 2029				762.786	762.786
	<u>199.741</u>	<u>3.112.779</u>	<u>63.537</u>	<u>961.247</u>	<u>4.337.304</u>
Total	<u>201.158</u>	<u>3.291.879</u>	<u>160.372</u>	<u>966.268</u>	<u>4.619.677</u>

14. Arrendamentos

Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar do contrato de aluguel conforme nota explicativa nº 9 e demonstrado abaixo:

	31/12/2018	Reconhecimento inicial	Correção contratual	Atualização financeira	Pagamentos	31/12/2019
Aluguéis de imóveis		27.222	3.058		(3.085)	27.195
(-) Ajuste a valor presente		(8.530)	(881)	1.635		(7.776)
Total	-	18.692	2.177	1.635	(3.085)	19.419
Circulante						1.764
Não Circulante						17.655
Total	-					19.419



UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Impostos a recolher

A composição dos impostos a recolher nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 se encontra disposta abaixo:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
PIS a recolher	2.200	2.451
COFINS a recolher	10.074	11.229
IRPJ corrente a recolher	136.743	132.927
CSLL corrente a recolher	50.656	48.942
Outros tributos	465	987
	<u>200.138</u>	<u>196.536</u>

16. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL e são recolhidos por meio da conta de energia. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	10.023	4.488
FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Energético	928	462
MME - Ministério de Minas e Energia	464	231
TFSEE - Taxa de Fiscalização do Setor Elétrico	258	402
CFURH - Contribuição Financeira para Utilização dos Recursos Hídricos	8.599	7.810
	<u>20.272</u>	<u>13.393</u>

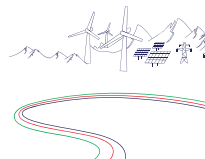
17. Impostos diferidos

A composição dos impostos diferidos passivos em 31 de dezembro de 2019, é como segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
IRPJ (i)	72.709	48.722
CSLL (i)	26.175	17.540
PIS	-	337
COFINS	-	74
	<u>98.884</u>	<u>66.673</u>

(i) Os saldos do IRPJ e CSLL diferidos referem-se a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas.

A composição dos impostos diferidos sobre o lucro em 31 de dezembro de 2019, é como segue:



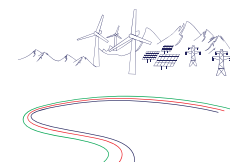
UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Natureza dos Cálculos	Ativo Não Circulante			Passivo Não Circulante			Resultado		Patrimônio Líquido	
	Base de Cálculo	31/12/2019	31/12/2018	Base de Cálculo	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízos Fiscais		-	-	-	-	-	-	(8.663)	-	-
Base negativa da contribuição social		-	-	-	-	-	-	(3.119)	-	-
		-	-	-	-	-	-	(11.782)	-	-
Diferenças Temporárias										
Adições temporárias	(107.569)	(36.573)	11.110	-	-	-	(47.683)	10.954	-	-
Ativo financeiro	-	-	-	433.018	147.227	84.350	(62.877)	(42.324)	-	-
Instrumentos financeiros - Swap	167.498	56.949	6.842	-	-	-	50.107	1.579	-	-
Instrumentos financeiros - Swap resultados abrangentes	67.711	23.021	136	-	-	-	-	-	(22.885)	5.483
Debêntures	6.225	2.117	-	-	-	-	2.117	-	-	-
Amortização Capex Melhorias	8.319	2.829	-	-	-	-	2.829	-	-	-
Total Diferenças Temporárias		48.343	18.088		147.227	84.350	(55.507)	(29.791)	(22.885)	5.483
Total bruto		48.343	18.088		147.227	84.350	(55.507)	(41.573)	(22.885)	5.483
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(48.343)	(18.088)		(48.343)	(18.088)				
Total		-	-		98.884	66.262				



UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. CAPEX melhorias

A partir da aprovação do projeto de modernização, a Companhia adotou o CPC 25 para controle das provisões para melhoria em CAPEX que serão realizadas nos próximos anos. Estes gastos estão previstos no contrato de concessão assinado em 27 de setembro de 2017.

No reconhecimento inicial foram estimados os fluxos de pagamentos futuros e trazidos a valor presente e seu valor líquido contabilizado no intangível conforme nota explicativa nº 11 e demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2018</u>	<u>Reconhecimento inicial</u>	<u>Correção contratual</u>	<u>Atualização financeira</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>31/12/2019</u>
Provisão CAPEX melhorias		1.183.121	-	-	(3.840)	1.179.281
(-) Ajuste a valor presente		(363.842)	-	5.924	-	(357.918)
Total	-	819.279	-	5.924	(3.840)	821.363
Circulante						35.178
Não Circulante						786.185
Total	-					821.363

19. Patrimônio líquido

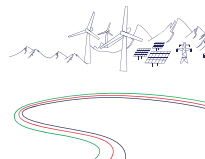
Em 31 de dezembro de 2019, o capital social autorizado da Companhia é de R\$2.912.000, representado por 2.912.000.000 ações ordinárias, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

a. Destinação dos lucros:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro a ser destinado:		
Lucro líquido apurado no exercício	483.663	439.558
Lucro líquido ajustado	483.663	439.558
Constituição da reserva legal - 5%	(24.183)	(21.978)
	459.480	417.580
Destinação do lucro:		
Dividendos	114.870	104.395
Reserva de lucros	344.610	313.185
	459.480	417.580

Conforme estabelecido no contrato social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos;
- (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação



UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

determinada pela Assembleia Geral.

b. Outros resultados abrangentes

O *hedge* de fluxo de caixa corresponde à parcela efetiva do ganho ou da perda acumulado resultante de variações no valor justo de instrumentos de *hedge* contratados para fins de *hedge* de fluxo de caixa. Os ganhos ou as perdas acumuladas resultantes de variações no valor justo de instrumentos de *hedge*, reconhecidos e acumulados na rubrica “*Hedge* de fluxo de caixa”, serão reclassificados para o resultado somente quando a transação objeto de *hedge* impacta o resultado ou é incluída como ajuste do item não financeiro objeto de *hedge*, de acordo com a política contábil aplicável.

20. Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.

Para o cálculo do resultado básico por ação, a Companhia considerou a atual composição de ações ordinárias também para o exercício comparativo, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41. Assim, tanto o numerador (lucro líquido do exercício) quanto o denominador (quantidade de ações) estão em bases comparáveis.

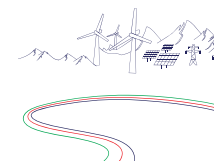
O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações. A Companhia não possui instrumentos potenciais diluidores do resultado por ação, dessa forma em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não temos diferenças entre o resultado básico e diluído por ação.

A tabela a seguir apresenta o lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	483.663	439.558
Denominador (em milhares de ações)		
Número de ações	<u>2.912.000</u>	<u>2.912.000</u>
Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)	0,1661	0,1509

21. Receita operacional líquida

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v)



UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração estão apresentados a seguir:

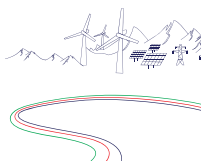
a) Suprimento de energia elétrica: A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. No Ambiente de Contratação Livre - ACL, a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais.

b) Energia de curto prazo: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD (Preço de Liquidação das Diferenças).

c) Receita de atualização do ativo financeiro: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento da geração da energia vendida no ACR pelo retorno do pagamento da bonificação de outorga atualizada mensalmente pelo IPCA.

d) Receita de O&M e CAPEX melhorias: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber em decorrência do gasto com a operação e manutenção garantido pelo recebimento da RAG.

	2019	2018
Suprimento mercado livre	479.790	276.194
Energia de curto prazo	20.945	8.023
Receita RBO	850.753	954.744
Receita de O&M e CAPEX melhorias	364.902	169.507
Outras receitas operacionais	3.053	-
Receita operacional bruta	1.719.444	1.408.468
(-) Deduções à receita operacional		
PIS/COFINS	(159.048)	(130.283)
	(159.048)	(130.283)
Encargos do consumidor		
P&D	(13.025)	(11.009)
TFSEE	(3.965)	(2.470)
CFURH	(49.298)	(32.037)
	(66.288)	(45.516)
Total deduções da receita operacional	(225.336)	(175.799)
Receita operacional líquida	1.494.108	1.232.669



UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

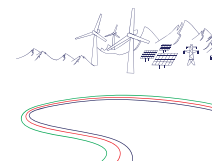
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Nota de gastos

	2019			2018		
	De operação	Gerais e Administrativas	Total	De operação	Gerais e Administrativas	Total
Energia elétrica para revenda	27.439	-	27.439	13.466	-	13.466
Encargos de uso do sistema de distribuição	161.881	-	161.881	102.098	-	102.098
Pessoal e Administradores	22.561	30.732	53.293	11.734	24.318	36.052
Material	9.147	328	9.475	1.856	513	2.369
Serviços de terceiros	31.195	16.130	47.325	13.093	14.004	27.097
Depreciação	218	387	605	156	421	577
Amortização	66.960	1.757	68.717	41.627	12	41.639
Aluguéis e arrendamentos	562	835	1.397	346	2.092	2.438
Outras	6.414	9.059	15.473	1.369	9.098	10.467
Total	326.377	59.228	385.605	185.745	50.458	236.203

23. Resultado financeiro

	2019	2018
Receitas financeiras		
Juros e variações monetárias		
Renda de aplicações financeiras	17.354	14.468
Multa e juros s/ energia vendida	828	31
Descontos Obtidos	-	148
Outros juros e variações monetárias	1.763	2.630
(-) Tributos sobre Receitas financeiras	(921)	(803)
Receitas financeiras total	19.025	16.474
Despesas financeiras		
Encargos de dívida		
Empréstimos e financiamentos	(381.200)	(284.658)
Debêntures	(5.436)	-
AVP - Ajuste a valor presente	(7.559)	-
Atualização P&D	(325)	(84)
Outras despesas financeiras	(392)	-
Despesas financeiras total	(394.911)	(284.742)
Variação monetária/cambial líquida		
Variação monetária	(6.223)	-
Variação cambial	(3)	(65.198)
Total variação monetária/cambial líquida	(6.226)	(65.198)
Total resultado financeiro	(382.112)	(333.466)



UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitadas em resultado é demonstrada como segue:

	2019	2018
Imposto de renda (25%) e Contribuição social (9%)	242.728	223.442
IRPJ - Corrente	136.565	132.927
CSLL - Corrente	50.656	48.942
IRPJ - Diferido	40.814	30.568
CSLL - Diferido	14.693	11.005
	242.728	223.442

Composição da alíquota efetiva:

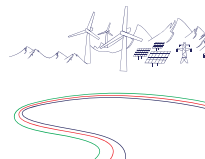
	IRPJ/CSLL	
	2019	2018
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	726.391	663.000
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(246.973)	(225.420)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(1.020)	(996)
Despesas indedutíveis	56.650	(26)
Incentivos Fiscais		
Lei Rouanet	3.000	3.000
Inovação Tecnológica - P&D	860	-
PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador	262	-
Despesa de IRPJ e CSLL	(187.221)	(223.442)
Alíquota efetiva	-25,77%	-33,70%

25. Instrumentos financeiros e mensuração do valor justo

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de taxa de juros;
- Risco de taxa de câmbio;
- Risco de liquidez.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar



UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

a) Risco de crédito

O risco surge de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais.

b) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a seus empréstimos e financiamentos.

c) Risco de taxa de câmbio

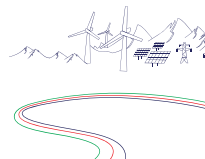
Risco quanto à variação das taxas de câmbio dos empréstimos em moeda estrangeira tomado pela Companhia. A Companhia contratou uma operação de Swap de moeda para eliminar as flutuações na moeda estrangeira (USD).

d) Risco de liquidez

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro, em especial com quando da liquidação de seus empréstimos e financiamentos, que ocorrerão a curto prazo. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia:

	31/12/2019				31/12/2018	
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores	27.026	-	-	-	27.026	15.459
Empréstimos e financiamentos	1.417	184.121	3.510.981	762.786	4.459.305	4.232.945
Arrendamentos e aluguéis	426	1.338	11.627	6.028	19.419	-
Provisão - Capex melhorias	2.731	32.447	477.488	308.697	821.363	-
Derivativos	-	96.835	63.537	-	160.372	114.908
Total	31.600	314.741	4.063.633	1.077.511	5.487.485	4.363.312



UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Classificação dos instrumentos financeiros

	31/12/2019		31/12/2018		Categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	374.212	374.212	155.169	155.169	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	43.469	43.469	45.852	45.852	Custo amortizado
Ativo financeiro	5.681.340	5.681.340	5.492.622	5.492.622	Valor justo por meio de resultado
Outros ativos circulantes	4.407	4.407	3.810	3.810	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	141.391	141.391	81.851	81.851	Valor justo por meio de resultado
Instrumentos financeiros derivativos	233.421	233.421	150.588	150.588	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Passivos financeiros					
Financiamentos e empréstimos	1.454.668	1.454.668	2.282.675	2.282.675	Valor justo por meio do resultado
Financiamentos e empréstimos	2.038.369	2.038.369	1.950.270	1.950.270	Custo amortizado
Debêntures	966.268	966.268	-	-	Valor justo por meio do resultado
Instrumentos financeiros derivativos	2.811	2.811	24.121	24.121	Valor justo por meio de resultado
Instrumentos financeiros derivativos	157.561	157.561	90.787	90.787	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Arrendamentos e aluguéis	19.419	19.419	-	-	Custo amortizado
Fornecedores	27.026	27.026	15.459	15.459	Custo amortizado

Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

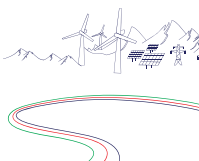
- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém empréstimos em moeda estrangeira e, conseqüentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. Ademais, esses empréstimos em moeda estrangeira também possuem juros atrelados ao USD.

As exposições aos riscos de taxa de câmbio em USD são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas, por meio da utilização de operações de swap de moeda e taxa de juros.

Os valores contábeis dos passivos monetários em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2019



UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

montam em R\$ 3.291.879.

De acordo com os contratos de *swap* de moeda e taxa de juros, a Companhia tem a diferença entre a variação cambial e os valores de taxas de juros pós-fixadas por uma taxa de juros prefixada, calculados a partir do “valor notional acordado”.

Tais contratos permitem à Companhia mitigar o risco de alteração na taxa da moeda e nas taxas de juros sobre o valor justo dos empréstimos tomados nas exposições do fluxo de caixa.

O valor justo dos *swaps* de moeda e taxa de juros no encerramento do exercício é determinado pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, utilizando as curvas no encerramento do exercício e o risco de crédito inerente para esse tipo de contrato.

A tabela a seguir demonstra o valor do principal e os prazos remanescentes dos contratos de *swap* de moeda e taxa de juros em aberto no fim do período de relatório:

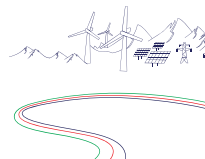
Contratos em aberto	Encargos dos empréstimos	Taxa prefixada do swap	Notional R\$	Valor justo R\$
Vencimento em cinco anos – Fluxo de caixa	USD + 5,8588% a.a.	Entre 11,47%a.a. e 11,49%a.a.	1.481.575	75.860
Vencimento em três anos – Valor justo	USD + 5,4706% a.a.	CDI + 1,85%a.a.	1.474.733	138.580

Análise de sensibilidade

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros mencionados na nota nº 13 que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações.



UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Derivativo Fair Value Hedge

Operação	Saldo em		Cenário I (-0,5)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (provável)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,5)
	31/12/2019	Taxa					
Financiamento	1.159.102	CDI + 1,85%	122.041	127.176	132.304	137.425	142.540

Derivativo Cash Flow Hedge

Operação	Saldo em		Cenário I (-0,5)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (provável)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,5)
	31/12/2019	Taxa					
Financiamento	2.110.510	11,48%	795.403	813.510	831.617	849.724	867.831

Debenture Infra

Operação	Saldo em		Cenário I (-0,5)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (provável)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,5)
	31/12/2019	Taxa					
Tranche 1	779.549	IPCA + 3,54%	432.272	448.628	464.984	481.340	497.696

Debenture

Operação	Saldo em		Cenário I (-0,5)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (provável)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,5)
	31/12/2019	Taxa					
Tranche 2	200.472	CDI + 0,58%	57.408	59.934	62.457	64.977	67.494

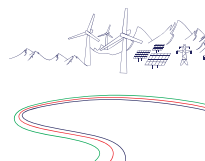
Syntetic Loan

Operação	Saldo em		Cenário I (-0,5)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (provável)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,5)
	31/12/2019	Taxa					
Financiamento	201.417	5,04%	24.216	25.549	26.883	28.216	29.549

26. Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantém seguros para D&O para seus Diretores, Conselheiros e Administradores, com vigência de 08/11/2019 a 07/11/2020, com cobertura total de R\$ 60.000 e responsabilidade civil, com vigência de 09/05/2019 a 09/05/2020, com cobertura total de R\$ 50.000 e Riscos Operacionais e Lucros Cessantes, com vigência de 09/05/2019 a 09/05/2020, perfazendo um valor em risco na ordem de R\$ 4.158.331 com limite máximo de indenização de R\$ 1.348.165, limitado a R\$ 348.165 para a apólice de Lucros Cessantes.





UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Contingências

Em junho de 2018 a Companhia recebeu um lançamento de IPTU referente ao ano de 2018 por parte da autoridade fiscal municipal de São Simão/GO, no valor de R\$7.942 MM. Ao final do procedimento administrativo, a Companhia recebeu em 6 de setembro de 2019 uma notificação do Município de São Simão, referente à cobrança do IPTU para os exercícios de 2018 e 2019 conjuntamente, no valor total de R\$ 5.775 MM. Em 27 de setembro de 2019, o Município emitiu nova notificação, informando à empresa sobre o registro do referido débito de IPTU em dívida ativa municipal, sem que fosse observado o prazo legal de defesa da empresa. A Companhia ajuizou, em 7 de outubro de 2019, uma ação anulatória de débito fiscal mediante apresentação de carta fiança para garantir o juízo, e com pedido liminar para suspender a execução da dívida tributária, que foi concedida pelo juiz de primeira instância em 11 de outubro de 2019. O Município apresentou sua defesa e atualmente os autos encontram-se em fase de instrução. Enquanto a liminar permanecer em vigor, o a Companhia não será compelida ao pagamento do IPTU. De acordo com o escritório de advocacia contratado pela empresa para patrocinar o caso, o prognóstico de perda do processo judicial é possível, devido a uma série de questionamentos relativos à legalidade da cobrança, inclusive quanto ao seu fato gerador e base de cálculo. Tais questionamentos, em especial a dificuldade de definição da base de cálculo do tributo neste momento, tornam impossível a mensuração mais precisa do valor a ser despedido caso esta contingência venha a se materializar.

Composição da Diretoria

Adriana Waltrick
Diretora Geral

Valéria Lopes de Souza
Contadora
CRC - 1SP145065/O-9

